

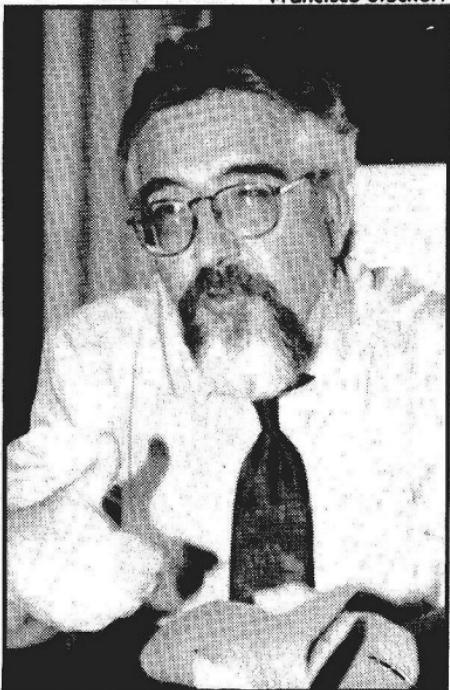
Provisórios só neste semestre

Francisco Stuckert

Com o objetivo de diminuir a carência de professores, a Secretaria de Educação contratou no início deste ano, 2.796 professores provisórios. "No segundo semestre não haverá esse tipo de contratação, já que o Tribunal de Contas da União só autorizou a abertura de editais para o 1º semestre", explicou o secretário Antônio Ibañez, prevendo enfrentar novos problemas por falta de professores.

A médio prazo, a carência de professores no DF poderá ser resolvida com a criação da Universidade Aberta, a primeira do Brasil. Aproveitando o espaço físico da Fundação Educacional, a Universidade estará oferecendo os primeiros cursos provavelmente no início de 96. A metodologia é simples: o aluno se inscreve, recebe o programa para ler e estudar em casa, se submete a avaliações e, de acordo com o desempenho, vai aos poucos se graduando até concluir o curso superior, que será reconhecido pelo Ministério da Educação. "O futuro do ensino está nas Universidades Abertas", afirma, categórico, o secretário Antônio Ibañez.

O candidato à Universidade Aberta não precisará se inscrever no Vestibular. "Os critérios para a admissão ainda não foram definidos, mas serão muito diferentes dos adotados pela universidade tradicional", explica Ibañez. Segundo ele, faz parte do projeto o uso da Teleducação. Através da programação de TVs a cabo, o aluno poderá acompanhar determinadas disciplinas e assuntos integrados ao currículo do curso. A Universidade Aberta irá oferecer os cursos de Li-



Ibañez tenta reverter situação

cenciatura em Química, Física, Matemática e Biologia, áreas onde se constata maior falta de professores.

Bolsa — Impressionado com o alto índice de evasão escolar, o Governo do Distrito Federal lançou, em março, a campanha "Lugar de Criança é na Escola", juntamente com o programa Bolsa Familiar de Educação. O projeto também pioneiro no País, tem como objetivo dar condições às famílias para que não tirem o filho da escola, colocando-o, precocemente, no mercado de trabalho para ajudar no sustento. Com a Bolsa, as famílias carentes que tenham filhos entre 7 e 14 anos matriculados na escola pública, passam a ganhar um salário mínimo durante dois anos, se a frequência do aluno na escola for de, no mínimo, 90%. (A.C.)